



SUMÁRIO

» Capítulo I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E PRINCÍPIOLÓGICAS

1.	Conceitos fundamentais de Teoria Geral do Direito	55
1.1.	Natureza jurídica. Categorias jurídicas e institutos	56
1.2.	Relação jurídica e situação jurídica	56
1.3.	Direitos subjetivos, faculdades e direitos potestativos	57
1.4.	Fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico	58
2.	A tríade do Direito Processual do Trabalho: jurisdição, processo e ação	59
3.	Conceito e natureza jurídica	60
4.	O caráter público e as novas tendências do Direito Processual	60
5.	Fontes do Direito Processual do Trabalho	62
5.1.	Constituição	62
5.2.	Leis complementares e ordinárias. Leis estaduais	63
5.3.	Convenções internacionais	64
5.4.	Decretos-leis e medidas provisórias	64
5.5.	Jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes	64
5.5.1.	Súmulas vinculantes	65
5.5.2.	Súmulas comuns	66
5.5.3.	Precedentes	68
5.6.	Doutrina	69
5.7.	Negócio jurídico processual	69
5.8.	Regimentos Internos dos Tribunais	71
5.9.	Costume. O protesto em audiência	71
5.10.	Hierarquia e conflitos entre as fontes	73
6.	Interpretação e integração do Direito Processual do Trabalho	74

7. Lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do Direito Processual Comum. Subsidiariedade e supletividade	76
8. Autonomia e pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	79
9. Eficácia da lei processual no tempo	80
9.1. Reforma Trabalhista e aplicação temporal da nova lei	82
9.2. Aplicação temporal em temas específicos	83
9.2.1. Sócio retirante	83
9.2.2. Arbitragem	83
9.2.3. Acordo extrajudicial	83
9.2.4. Prazos	83
9.2.5. Incompetência territorial	84
9.2.6. Honorários advocatícios sucumbenciais	85
9.2.7. Compensação de honorários periciais	87
9.2.8. Prescrição intercorrente	88
10. Eficácia da lei processual no espaço	89
11. Relação do Direito Processual do Trabalho com outras ciências	89

» Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO

1. Princípios – nota introdutória	91
2. Devido processo legal. Princípio da adequação	92
3. Juiz natural e Promotor natural	93
4. Publicidade	94
5. Acesso à Justiça	95
6. Contraditório e ampla defesa. Fundamentação das decisões	96
7. Isonomia e princípio da proteção	99
8. Duração razoável do processo e economia processual	102
9. Iniciativa das partes (inércia da jurisdição e impulso oficial)	103
10. Oralidade: imediatidade, concentração, irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias e identidade física	106
11. Instrumentalidade e simplicidade	108
12. Duplo grau de jurisdição	109
13. Boa-fé processual	110
14. Cooperação	113
15. Conciliação	113

» **Capítulo III****JURISDIÇÃO E EQUIVALENTES JURISDICIONAIS**

1. Métodos de solução de conflitos: autocomposição e heterocomposição	117
2. Equivalentes jurisdicionais: autocomposição e arbitragem no Processo do Trabalho	118
2.1. Autotutela	118
2.2. Mediação/conciliação	119
2.3. Transação e renúncia extrajudiciais no contrato de trabalho	121
2.3.1. Homologação de acordo extrajudicial: Reforma Trabalhista	123
2.3.1.1. Limites do acordo extrajudicial: a quitação total pelo extinto contrato de trabalho. Impossibilidade de homologação parcial do acordo	126
2.3.1.2. Rejeição de homologação de acordo e coisa julgada	128
2.4. Comissão de Conciliação Prévia	129
2.5. Arbitragem no Processo do Trabalho	132
2.5.1. Cenário anterior à Reforma Trabalhista	132
2.5.2. Cenário posterior à Reforma Trabalhista	133
3. Jurisdição: notas essenciais e critérios distintivos das funções administrativa e legislativa	136
4. Caracteres essenciais da jurisdição	139
4.1. Investidura	139
4.2. Unidade	140
4.3. Indeclinabilidade (inafastabilidade)	140
4.4. Indelegabilidade e territorialidade	141
4.5. Limites da jurisdição brasileira – <i>competência internacional</i>	142
4.6. Cooperação internacional: homologação de decisão estrangeira, concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias e auxílio direto	144
4.7. Imunidade de jurisdição	145
4.8. Inércia	147
4.9. Poderes-deveres de decisão, de coerção, de instrução e de documentação	147
5. Jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho	148
5.1. Cenário anterior à Reforma Trabalhista	148
5.2. Cenário posterior à Reforma Trabalhista	149

» **Capítulo IV****ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Órgãos da Justiça do Trabalho	153
2. Magistratura do trabalho	155
2.1. Garantias	155
2.2. Deveres, vedações e responsabilidade	156
3. Competência: conceito, natureza jurídica e critérios	157
4. Classificação das espécies de competência	159
5. A regra da <i>competência-competência</i> e consequências do reconhecimento da incompetência. <i>Translatio iudicii</i>	160
6. Roteiro para fixação da competência. Distribuição, registro e perpetuação da jurisdição	162
7. Competência material da Justiça do Trabalho	163
7.1. Relação de trabalho e relação de emprego	164
7.2. Relações de consumo. Profissionais liberais. Finalismo e maximalismo ..	165
7.3. Servidores públicos em geral	167
7.3.1. Servidores estatutários e servidores celetistas: regime jurídico único e competência jurisdicional	167
7.3.2. Servidores temporários (CF, art. 37, IX)	169
7.3.3. Servidor público estatutário cedido para empresa estatal	170
7.3.4. Dissídio coletivo de greve de servidor público estatutário	171
7.3.5. Contratação irregular de servidor público (sem concurso público)	172
7.4. Meio ambiente do trabalho	172
7.5. Danos pré e pós-contratuais	173
7.6. Empreitada – operário ou artífice	174
7.7. Intervenção de terceiros – denúncia da lide	175
7.8. Entes de direito público externo	175
7.9. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	176
7.10. Ações possessórias	177
7.11. Matéria sindical	177
7.12. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	179
7.13. Penalidades administrativas impostas pelos órgãos da fiscalização do trabalho	179
7.14. Execução de contribuições sociais	180

7.15. Falência e recuperação judicial	183
7.15.1. Créditos trabalhistas	183
7.15.2. Créditos fiscais	189
7.15.3. Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	192
7.16. Complementação de aposentadoria	195
7.17. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	197
7.18. Matéria criminal	198
7.18.1. Lei Maria da Penha	198
7.19. Dissídios coletivos	199
7.20. Políticas públicas em matéria de trabalho	199
8. Competência territorial na Justiça do Trabalho	200
8.1. Regra geral: art. 651, <i>caput</i> , da CLT	200
8.2. Primeira regra especial: art. 651, § 3º, da CLT	200
8.3. Segunda regra especial: art. 651, § 1º, da CLT – agente ou viajante comercial	201
8.4. Terceira regra especial: art. 651, § 2º, da CLT – serviços prestados no estrangeiro	201
8.5. Superação das regras de competência no caso de colisão dos princípios do acesso à justiça e do contraditório	202
9. Foro de eleição. Negócio jurídico processual para modificação do foro competente	203
10. Competência funcional dos órgãos da Justiça do Trabalho	205
10.1. Cartas precatórias, de ordem e rogatórias	206
11. Prevenção. Ações acessórias e consequentes	207
12. Modificação e prorrogação de competência	210
12.1. Conexão	211
12.2. Continência	212
13. Conflito de competência	213
14. Recurso contra decisão sobre competência	214

» Capítulo V

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Conceito e natureza jurídica	215
2. Relação jurídica processual e relação jurídica material: direitos, deveres, poderes e ônus. Inexistência de discricionariedade judicial	216

3.	Processo e procedimento. Autos e atos do processo	217
4.	Pressupostos processuais	218
4.1.	Noções gerais. Pressupostos de existência e pressupostos de validade	218
4.2.	Classificação dos pressupostos processuais de validade	219
5.	Pontos e questões. Questões principais X incidentais. Questões preliminares e questões prejudiciais. Conceito de cognição judicial	220
6.	Objeto do processo. Mérito da causa	221
7.	Tipos de processo: conhecimento e execução. Processos sincréticos. Cognição exauriente e cognição sumária	222

» Capítulo VI

AÇÃO

1.	Ação – conceito e natureza jurídica. Tutela jurisdicional X prestação jurisdicional	225
2.	Teorias sobre o direito de ação	226
3.	Elementos da ação	227
3.1.	Partes	227
3.2.	Causa de pedir	228
3.2.1.	<i>Jura novit curia</i> . Ausência de juntada de instrumentos coletivos	229
3.2.2.	Substanciação X individualização	230
3.2.3.	Fatos supervenientes: direitos autodeterminados x direitos heterodeterminados	232
3.3.	Pedido – certeza e determinação. Pedido genérico	234
3.3.1.	Pedido implícito	235
3.3.2.	Interpretação do pedido. Pedido heterotópico	235
3.3.3.	Pedido alternativo	236
3.3.4.	Cumulação de pedidos	236
3.3.4.1.	Cumulação própria – simples ou sucessiva	237
3.3.4.2.	Cumulação imprópria – eventual ou alternativa	237
3.3.4.3.	Cumulação inicial e cumulação ulterior	238
3.3.4.4.	Cumulação homogênea e cumulação heterogênea	238
3.3.4.5.	Requisitos da cumulação de pedidos	239
3.3.5.	Pedido de parcela já quitada	240
3.3.6.	Pedido e requerimento	240
3.3.7.	Aditamento, emenda e indeferimento da petição inicial	241

4.	Classificação das ações	241
4.1.	Ações cognitivas (declaratórias, constitutivas e condenatórias) e ações executivas. Sincretismo processual	241
4.2.	Ações individuais e ações coletivas	243
4.3.	Ações dúplices	244
5.	Ação e pretensão	244
6.	Condições da ação	245
6.1.	Interesse de agir	246
6.2.	Legitimidade das partes (ordinária e extraordinária)	248
6.3.	Teoria da asserção. Verificação das condições da ação em diversos momentos processuais e perda superveniente do interesse de agir	248
6.4.	Diferenciação dos pressupostos processuais e permanência do conceito de condições da ação	249
7.	Cumulação de ações: processo cumulativo. Concurso objetivo e subjetivo de ações	250
8.	Desistência da ação	251

» Capítulo VII

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL

1.	Nota introdutória	253
2.	Parte: conceito. Capacidade de ser parte. Órgãos públicos	253
2.1.	Capacidade de estar em Juízo ou capacidade processual	254
2.1.1.	Incapacidade absoluta e relativa no processo do trabalho	255
2.1.2.	Intervenção do Ministério Público do Trabalho	255
2.1.3.	Menor emancipado	256
2.1.4.	Réu revel citado por hora certa e réu preso	257
2.1.5.	Preposto. Carta de preposição. Condição de empregado do preposto	257
2.2.	Capacidade postulatória: <i>jus postulandi</i> . Ausência do advogado em audiência	259
2.3.	Substituição processual, representação processual e sucessão processual	260
2.3.1.	Falecimento do trabalhador e do empregador antes da instauração e durante o curso do processo	261
3.	Juiz	263
3.1.	Impedimento	264

3.2.	Suspeição	265
3.3.	Procedimento para arguição de suspeição e impedimento	266
4.	Sujeitos postulantes	267
4.1.	Advogado. Procuração. Mandato tácito e procuração <i>apud acta</i>	267
4.1.1.	Conflitos envolvendo advogados em audiência	269
4.2.	Ministério Público, Defensoria Pública e Sindicato	270
5.	Deveres das partes e procuradores. Ato atentatório à dignidade da jurisdição	271
5.1.	Litigância de má-fé	272
5.1.1.	Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	274
5.1.1.1.	O crime de falso testemunho já é punido com multa na esfera penal	275
5.1.1.2.	Contraditório prévio: uma imposição constitucional ...	276
5.1.1.3.	Possibilidade de equívoco do juiz e de que a mentira esteja na petição inicial ou em outra manifestação processual	277
5.1.1.4.	Contraditório prévio como premissa para aplicação de sanções administrativas, penais ou processuais	277
5.1.1.5.	Contraditório recursal: insuficiência. Impossibilidade de interposição de recurso pela testemunha	278
5.1.1.6.	Inexistência de coisa julgada na decisão que aplica multa à testemunha	279
5.1.1.7.	Ação anulatória movida pela testemunha punida: competência	280
5.1.1.8.	Incidente mencionado na Instrução Normativa nº 41/2018 do TST: desvirtuamento do foco do processo trabalhista	280
5.2.	Responsabilidade do advogado	281
6.	Sujeitos auxiliares do processo	282
7.	Sujeitos probatórios	282

» Capítulo VIII

LITISCONSÓRCIO

1.	Litisconsórcio: generalidades	283
2.	Classificação	283

2.1.	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	283
2.2.	Litisconsórcio unitário e simples	284
2.3.	Litisconsórcio necessário e facultativo	285
2.3.1.	A problemática do litisconsórcio necessário ativo	286
2.4.	Litisconsórcio inicial e ulterior	287
3.	Litisconsórcio no Processo do Trabalho	288
3.1.	Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	289
4.	Litisconsórcio X substituição processual. Ação de cumprimento	290
5.	Litisconsórcio multitudinário	291
6.	Regime jurídico do litisconsórcio. Confissão	293
6.1.	Possibilidade de a parte requerer o depoimento pessoal de seu <i>litisconsorte</i>	294
7.	Intervenção <i>iussu judicis</i>	294

» Capítulo IX

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1.	Noções gerais. Fundamentos	295
2.	Classificação	297
3.	Assistência	297
3.1.	Assistência simples	298
3.2.	Assistência litisconsorcial	300
3.3.	Assistência em ações coletivas	301
4.	Denúnciação da lide	303
5.	Chamamento ao processo	307
6.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	310
6.1.	Noções gerais. Teorias maior e menor. Teoria da descon sideração direta da personalidade jurídica. Descon sideração inversa	310
6.2.	Procedimento da descon sideração no Código de Processo Civil	313
6.2.1.	Momento processual para instauração do incidente	314
6.3.	Aplicabilidade do incidente de descon sideração ao Processo do Trabalho	315
6.4.	Sócios novos e sócio retirante	317
6.4.1.	Situações possíveis na prática da Justiça do Trabalho	319
7.	<i>Amicus curiae</i>	321
8.	Figuras equiparadas à intervenção de terceiros	324

8.1. Intervenção litisconsorcial voluntária	324
8.2. Intervenção <i>iussu iudicis</i> . Ação ajuizada exclusivamente em face da tomadora de serviços terceirizados	325
8.3. Reconvênção que amplie subjetivamente a relação jurídica processual	326
8.4. Aditamento da petição inicial e recurso de terceiro prejudicado	326
8.5. Nomeação à autoria	327

» Capítulo X

DESPESAS PROCESSUAIS E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

1. Despesas processuais: generalidades	329
2. Custas	330
2.1. Posicionamentos do TST a respeito das custas	332
2.2. Custas no litisconsórcio	335
3. Emolumentos	335
4. Ressarcimento e remuneração de sujeitos auxiliares e probatórios do processo	336
4.1. Honorários periciais: critérios, antecipação, compensação, limites e parcelamento	336
4.2. Honorários do tradutor ou intérprete	342
5. Despesas com serviços estranhos ao Poder Judiciário	343
6. Multas	343
7. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita	344
7.1. Noções gerais	344
7.2. Cenário legislativo após a Lei 13.467/2017	345
8. Honorários advocatícios no Processo do Trabalho	348
8.1. Reforma Trabalhista e critérios aplicáveis após a decisão da ADI 5766 ..	351
8.2. Reflexos positivos e negativos da mudança	353
8.3. Direito autônomo do advogado x sucumbência recíproca. Acordo sobre honorários	356
8.4. Comparação entre a regulamentação do CPC e da CLT	357
8.4.1. Percentual aplicável	357
8.4.2. Honorários no cumprimento de sentença	358
8.4.3. Honorários advocatícios recursais	358
8.4.4. Beneficiário da justiça gratuita – prazo	359
8.4.5. Litisconsórcio	360

8.4.6. Sucumbência em parte mínima do pedido	360
8.4.7. Honorários advocatícios equitativos: ações declaratórias, constitutivas e de valor irrisório ou inestimável	361
8.4.8. Situações de possível verificação na prática	361
8.5. Honorários sucumbenciais para advogados públicos	362
9. Honorários assistenciais e honorários na substituição processual (sindicato e Ministério Público)	364
10. Fazenda Pública	366
11. Assédio processual	367

» **Capítulo XI**

ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E PRECLUSÃO

1. Atos e termos processuais – noções gerais	369
2. Princípios que regem os atos processuais	370
2.1. Sequencialidade	370
2.2. Finalidade	370
2.3. Interdependência	370
2.4. Publicidade	371
2.5. Formalismo e instrumentalidade das formas	371
2.6. Documentação	372
2.7. Preclusão	372
2.8. Eficácia imediata	375
2.9. Outras regras gerais sobre atos processuais: tempo, local e idioma	375
3. Classificação dos atos processuais	376
3.1. Quanto ao conteúdo	377
3.2. Quanto aos sujeitos	378
3.2.1. Atos do juiz	378
4. Comunicação dos atos processuais	380
4.1. Normas gerais sobre notificação	381
4.2. Citação	385
4.2.1. Súmula 16 do TST: presunção de recebimento da notificação postal	385
4.3. Intimação	387

4.4. Situações controvertidas envolvendo notificação: pessoalidade e habilitação em processo eletrônico	387
5. Negócios jurídicos processuais	389
6. Prazos processuais	390
6.1. Classificação dos prazos	391
6.1.1. Prazos peremptórios e prazos dilatórios	392
6.2. Regras gerais atinentes aos prazos processuais	393
6.2.1. Contagem de prazos em horas	396
6.2.2. Prazos da Fazenda Pública	397

» Capítulo XII

DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Introdução	399
2. Defeitos dos atos processuais: generalidades	399
3. Inexistência	400
4. Nulidade absoluta e nulidade relativa	402
5. Mera irregularidade	404
6. Erro material	405
7. Ineficácia	405
8. Princípios regentes das nulidades	406
8.1. Instrumentalidade das formas	406
8.2. Transcendência ou prejuízo	407
8.3. Preclusão temporal	408
8.4. Interesse e boa-fé objetiva	408
8.5. Utilidade ou aproveitamento dos atos processuais	409
9. Arguição, declaração e efeitos	410

» Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS E AUDIÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

1. Dissídio individual e dissídio coletivo: distinção	413
2. Formação e extinção do processo	414
3. Desenvolvimento da relação jurídica processual	415
4. Procedimento ordinário	415

4.1.	Notificação	416
4.2.	Audiências presenciais, telepresenciais e híbridas	417
4.2.1.	Análise das fases da audiência	420
4.2.1.1.	Fase conciliatória inicial	420
4.2.1.2.	Fase postulatória complementar	420
4.2.1.3.	Fase instrutória	422
4.2.1.4.	Fase final: razões finais e tentativa de conciliação	423
4.2.1.5.	Fase decisória	423
4.2.1.6.	Adaptação do procedimento de audiência	424
4.2.2.	Análise de aspectos processuais e materiais da audiência	424
4.2.2.1.	Ausência das propostas conciliatórias	424
4.2.2.2.	Ausências e atrasos dos sujeitos processuais em audiência	425
4.2.2.3.	Ausência do advogado	427
4.2.2.4.	Presença do advogado no caso de ausência do reclamado	427
4.2.2.5.	Ausência da parte e negócios jurídicos processuais	428
4.2.2.6.	Celebração de acordo sem a presença da parte	428
4.2.2.7.	Dinâmica e duração da audiência. Organização da pauta e intervalos	428
4.2.2.8.	Perempção trabalhista	429
4.2.2.9.	Parte que comparece embriagada	430
4.2.2.10.	Ausência da parte impossibilitada de comparecer: residência no exterior e doença grave	430
4.3.	Fase recursal	431
4.4.	Fase de cumprimento de sentença	431
5.	Procedimento sumaríssimo	431
5.1.	Questões de alta indagação envolvendo o rito sumaríssimo	434
5.1.1.	Facultatividade na escolha do rito	434
5.1.2.	Liquidez da sentença	434
5.1.3.	Valor máximo da condenação	435
5.1.4.	Julgamento por equidade	435
6.	Procedimento sumário	435
7.	Facultatividade na escolha do rito	437

8. Procedimento de jurisdição voluntária: homologação de acordo extrajudicial	438
---	-----

» **Capítulo XIV**

SUSPENSÃO DO PROCESSO

1. Noções iniciais	443
2. Causas e duração da suspensão	444
2.1. Morte ou perda da capacidade processual	444
2.2. Convenção das partes	445
2.3. Arguição de suspeição ou impedimento do juiz	447
2.4. Arguição, por petição, de incompetência territorial	447
2.5. Prejudicialidade, apuração de fatos em outro Juízo e delitos	448
2.6. Força maior	449
2.7. Tribunal Marítimo	450
2.8. Outras hipóteses legalmente previstas	451
3. Efeitos jurídicos da suspensão	451

» **Capítulo XV**

PETIÇÃO INICIAL

1. Petição inicial: noções gerais	453
2. Requisitos	454
2.1. Requisitos comuns ao Processo do Trabalho e ao Processo Civil	454
2.1.1. Endereçamento da petição inicial	454
2.1.2. Qualificação das partes	454
2.1.3. Exposição dos fatos e formulação do pedido. Fundamentos jurídicos	455
2.1.4. Assinatura	455
2.2. Requisitos específicos e situações controvertidas	456
2.2.1. Valor da causa e liquidação dos pedidos: noções gerais	456
2.2.2. Valor da causa e liquidação dos pedidos no cenário pós-Reforma	457
2.2.2.1. Conceitos essenciais	457
2.2.2.2. Panorama jurisprudencial	458

2.2.2.3.	Liquidação de pedidos na realidade da Justiça do Trabalho	459
2.2.2.4.	Interpretação conforme a Constituição do art. 840, § 1º, da CLT	460
2.2.2.5.	Interpretação consequencialista da exigência de liquidação dos pedidos: isonomia	461
2.2.2.6.	Exemplos práticos	462
2.2.2.7.	Posicionamentos do TST sobre liquidação da petição inicial	462
2.2.2.8.	Extinção do processo sem resolução de mérito: princípios aplicáveis	463
2.2.2.9.	Modificações redacionais do art. 840, <i>caput</i> e parágrafos, da CLT	464
2.2.3.	Impugnação ao valor da causa e retificação de ofício pelo juiz	465
2.2.4.	Requerimento de provas e de citação	466
2.2.5.	Audiência de conciliação	466
2.3.	Documentos indispensáveis à propositura: normas coletivas e situações controvertidas	467
3.	Emenda e aditamento	468
3.1.	Necessidade de deferimento da emenda ou aditamento	469
4.	Efeitos da petição inicial	470
5.	Inépcia e outros defeitos	470
6.	Indeferimento e julgamento liminar de improcedência	471

» Capítulo XVI

TUTELA PROVISÓRIA

1.	Tutela provisória: noção e fundamento constitucional	475
2.	Tutela de urgência e tutela da evidência: sistematização e características comuns	476
3.	Tutela de urgência: requisitos e regras específicas. Contracautela	478
4.	Tutela da evidência: requisitos e regras específicas	480
5.	Momento oportuno para concessão de tutela provisória e recursos cabíveis	481
6.	Concessão <i>ex officio</i> de tutela provisória	484
7.	Aspectos procedimentais e competência	486
8.	Estabilização da tutela antecipada	487
9.	Vedações à concessão de tutela provisória	488

10. Tutela de urgência e de evidência em ações constitutivas e declaratórias	489
11. Fungibilidade entre tutela de urgência e tutela da evidência	490
12. Situações controvertidas no Processo do Trabalho	490
12.1. Extinção do processo após deferimento da tutela provisória (FGTS e seguro-desemprego)	490
12.2. Reintegração	491

» Capítulo XVII

RESPOSTA DO RÉU

1. Resposta do réu: generalidades	493
2. Exceção e objeção	494
3. Contestação	495
3.1. Eventualidade	495
3.2. Impugnação especificada	496
3.3. Impugnação especificada na réplica do reclamante	497
3.4. Conteúdo	498
3.4.1. Preliminares ao mérito da causa	499
3.4.1.1. Inexistência ou nulidade da citação	499
3.4.1.2. Incompetência	499
3.4.1.3. Incorreção do valor da causa	500
3.4.1.4. Inépcia da petição inicial	500
3.4.1.5. Perempção	500
3.4.1.6. Litispendência e coisa julgada	500
3.4.1.7. Conexão e continência	500
3.4.1.8. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	501
3.4.1.9. Convenção de arbitragem	501
3.4.1.10. Carência de ação	501
3.4.1.11. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	501
3.4.1.12. Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça	502
3.5. Mérito: defesa direta e indireta. Compensação e contradireitos	502
3.5.1. Prescrição e decadência	504

3.5.1.1.	Forma de arguição, momento e apreciação judicial de ofício	504
3.5.1.2.	Interrupção e suspensão	506
3.5.1.3.	Prescrição intercorrente	507
3.5.1.4.	Prescrição em ações coletivas	511
3.5.1.5.	Prescrição pronunciada de ofício e protesto interruptivo da prescrição	512
4.	Revelia	513
4.1.	Efeitos da revelia	515
5.	Reconvenção	517
6.	Arguição de impedimento ou suspeição	519
7.	Arguição de incompetência territorial sem necessidade de comparecimento: Lei nº 13.467/2017	519
7.1.	Faculdade ou ônus do réu?	519
7.2.	Desnecessidade de peça autônoma	520
7.3.	Suspensão imprópria do processo	521
7.4.	Procedimento e instrução da exceção de incompetência territorial. Ônus da prova	521
7.5.	Julgamento da exceção de incompetência territorial	523
7.6.	Conclusão	523
8.	Situações controvertidas no Processo do Trabalho	523
8.1.	Fazenda Pública: ônus da impugnação especificada e revelia	523
8.2.	Terceirização: revelia da prestadora, com comparecimento da tomadora de serviços	524

» Capítulo XVIII

DIREITO PROBATÓRIO

1.	Prova: noções gerais	527
2.	Contraditório e a busca da verdade	528
3.	Destinatários da prova	529
4.	Meios e fontes de prova	529
5.	Objeto da prova	530
5.1.	Prova do direito e os instrumentos normativos	530
5.2.	Fatos que não dependem de prova	531
6.	Apreciação da prova: papel do juiz e sistemas	532

7.	Aquisição processual da prova	533
8.	Classificações das provas	534
8.1.	Provas típicas e atípicas	534
8.2.	Provas casuais e pré-constituídas	534
8.3.	Prova ilícita e prova ilegítima	535
8.3.1.	Acesso a e-mail e redes sociais do trabalhador	536
8.3.2.	Interceptações telefônicas e gravações ambientais. Sigilo telefônico	536
8.4.	Prova dividida	537
8.5.	Prova emprestada	538
8.6.	Prova diabólica e de fatos negativos	539
8.7.	Prova direta e indireta: indícios, presunções e máximas da experiência	540
9.	Ônus da prova	542
9.1.	Ônus da prova de acordo com a Reforma Trabalhista	545
9.1.1.	Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i>	545
9.1.2.	Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i> como regra de instrução	545
9.1.3.	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> como regra de julgamento	546
9.1.4.	Adiamento da audiência	546
9.1.5.	Negócio jurídico processual sobre ônus da prova	547
10.	Valoração da prova e <i>in dubio pro operario</i>	548
11.	Iniciativa probatória do juiz	548
12.	Demandas probatórias autônomas: produção antecipada de provas	549
12.1.	Interrupção da prescrição na produção antecipada de provas	550
13.	Documento	551
13.1.	Oportunidade de juntada	552
13.2.	Incidente de falsidade	554
13.3.	Impugnação de documentos	555
13.4.	Exibição de documento ou coisa	556
13.5.	Eficácia probatória da prova documental	557
13.6.	Ata notarial	558
14.	Perícia: noções gerais	559
14.1.	Impedimento e suspeição do perito	560
14.2.	Remuneração do perito e do assistente técnico	561
14.3.	Produção da prova pericial: procedimento	561
14.4.	Hipóteses típicas de perícia na Justiça do Trabalho	563

14.4.1. Insalubridade e periculosidade	563
14.4.2. Incapacidade laborativa	564
15. Interrogatório e depoimento pessoal	565
16. Confissão	567
16.1. Natureza e efeitos da confissão	568
16.2. Elementos da confissão	570
16.3. Irrevogabilidade e indivisibilidade da confissão	571
16.4. Confissão em situações típicas de litisconsórcio no Processo do Trabalho	572
17. Testemunhas	572
17.1. Noções essenciais	572
17.2. Impedimento, suspeição e incapacidade: informantes e menores	573
17.2.1. Testemunha que também move ou moveu ação em face da reclamada	574
17.2.2. Testemunha que já atuou como preposto	575
17.2.3. Testemunha que tem amizade em redes sociais com a parte. Amizade íntima	575
17.2.4. Testemunha trazida por uma parte e que tem amizade ou parentesco com a parte contrária	576
17.2.5. Testemunha que exerce cargo de confiança na reclamada	576
17.2.6. Depoimentos contraditórios de sujeito que é testemunha em um processo e parte em outro	576
17.3. Qualificação, contradita e compromisso da testemunha	577
17.4. Intimação e rol de testemunhas	578
17.5. Substituição de testemunhas	580
17.6. Procedimento de produção da prova testemunhal	581
17.7. Acareação	583
17.8. Escusas de depor	584
17.9. Número de testemunhas	584
17.10. Valoração da prova testemunhal e falso testemunho	584
17.11. Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	585
18. Inspeção judicial	585

» Capítulo XIX

SENTENÇA

1. Sentença: conceito e natureza jurídica	587
---	-----

2.	Decisões parciais de mérito	588
3.	Capítulos da sentença	591
4.	Classificações	592
4.1.	Sentença definitiva e terminativa	592
4.2.	Sentença declaratória, constitutiva e condenatória	593
5.	Requisitos estruturais e interpretação da sentença	593
5.1.	Fundamentação exaustiva: legitimidade e possibilidades do Poder Judiciário	595
5.2.	Fundamentação <i>per relationem</i>	596
5.2.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> no rito sumaríssimo	600
6.	Requisitos formais da sentença	601
6.1.	Clareza	601
6.2.	Certeza e sentença condicional	602
7.	Requisitos substanciais da sentença	603
7.1.	Decisões <i>citra petita</i>	603
7.2.	Decisões <i>ultra petita</i>	605
7.3.	Decisões <i>extra petita</i>	605
7.4.	Mitigações ao princípio da congruência no Processo do Trabalho	606
8.	Conteúdo da sentença	607
9.	Efeitos da sentença: principais, reflexos e anexos	608
9.1.	Eficácia natural da sentença	610
10.	A sentença e os fatos supervenientes à propositura da ação	611
11.	Publicação e alteração da sentença	611
12.	Ordem de apreciação das matérias na sentença	613

» Capítulo XX

COISA JULGADA

1.	Coisa julgada: noções, conceito e natureza jurídica	615
2.	Eficácia da coisa julgada	616
2.1.	Negativa	616
2.2.	Positiva	616
2.3.	Preclusiva	617
3.	Coisa julgada formal e material	617
4.	Limites da coisa julgada	619
4.1.	Limites objetivos	619

4.1.1.	Concepção tradicional. Coisa julgada sobre questão prejudicial	619
4.1.2.	Necessidade de releitura do tema	620
4.2.	Limites subjetivos	622
4.2.1.	Extensão da coisa julgada ao colegitimado	623
4.3.	Limites temporais: coisa julgada e relações continuativas	623
4.3.1.	Pensão por ato ilícito: critérios utilizáveis	624
5.	Requisitos	626
5.1.	Punição de testemunha por litigância de má-fé (CLT, art. 793-D) e inexistência de coisa julgada	627
6.	Regimes de formação da coisa julgada	627
7.	Conflito entre coisas julgadas	628
8.	Formação progressiva da coisa julgada	630
9.	Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros	632
10.	Coisa julgada na execução	632
11.	Coisa julgada na jurisdição voluntária	634
12.	Coisa julgada criminal X Processo do Trabalho	635
13.	Negócios jurídicos processuais sobre coisa julgada	636
14.	Relativização da coisa julgada	637

» Capítulo XXI

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1.	Recursos: conceito e natureza jurídica	639
2.	Princípios dos recursos	640
2.1.	Taxatividade	640
2.2.	Voluntariedade	640
2.3.	Vedação da <i>reformatio in pejus</i>	640
2.4.	Fungibilidade	641
2.5.	Duplo grau de jurisdição	642
2.6.	Unirrecorribilidade	642
2.7.	Dialeticidade	643
3.	Efeitos dos recursos	645
3.1.	Impeditivo do trânsito em julgado	645
3.2.	Suspensivo	645
3.3.	Devolutivo	648
3.4.	Regressivo	649

3.5.	Expansivo	649
3.6.	Substitutivo	650
4.	Desistência de recurso, renúncia ao direito de recorrer, aquiescência à decisão e homologação de acordo	650
5.	Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Efeito substitutivo	651
6.	Requisitos intrínsecos de admissibilidade	653
6.1.	Cabimento	653
6.2.	Legitimidade	653
6.2.1.	Recurso da testemunha punida por litigância de má-fé	654
6.3.	Interesse recursal	656
6.4.	Inexistência de atos de disposição do direito de recorrer	657
7.	Requisitos extrínsecos de admissibilidade	657
7.1.	Tempestividade	657
7.2.	Preparo	658
7.2.1.	Depósito recursal	659
7.2.1.1.	Depósito recursal atinente ao capítulo da sentença que condena as partes a pagarem honorários advocatícios sucumbenciais	664
7.2.1.2.	Depósito recursal no recurso extraordinário	664
7.3.	Regularidade formal	666
8.	Procedimento recursal	666
8.1.	Juízo de admissibilidade	666
8.2.	Prevenção	667
8.3.	Poderes e atribuições do relator	668
8.4.	Fatos supervenientes à sentença ou cognoscíveis de ofício	669
8.5.	Sustentação oral	669
8.6.	Correção de vícios formais	670
8.7.	Colheita de votos e pedido de vista	672
8.8.	Acórdão	673
8.9.	Ampliação do colegiado	673
9.	Recurso adesivo	674
9.1.	Recurso adesivo e litisconsórcio	676
10.	Reexame necessário	678
10.1.	Remessa necessária X ação de competência originária de TRT	681
11.	Honorários advocatícios recursais	681

12. Recurso de terceiro: perito e advogado	682
13. Prazos recursais	683
14. Recursos repetitivos	683

» Capítulo XXII

RECURSOS EM ESPÉCIE

1. Recurso ordinário	685
1.1. Noções gerais e admissibilidade	685
1.2. Procedimento	687
1.3. Fatos novos e provas novas	688
1.4. Impugnação de decisões interlocutórias	689
1.5. Causa madura	690
2. Embargos de declaração	692
2.1. Noções gerais: cabimento, admissibilidade e efeitos do recurso	692
2.2. Embargos de declaração com efeitos modificativos	694
2.3. Oposição simultânea com outros recursos e ratificação	695
2.4. Embargos de declaração protelatórios	695
2.5. Fungibilidade e decisão monocrática	697
3. Agravo de instrumento	697
3.1. Noções gerais e admissibilidade	697
3.2. Procedimento	699
3.3. Efeitos	700
4. Agravo de petição	700
4.1. Cabimento	700
4.2. Demais requisitos de admissibilidade	702
4.3. Delimitação da matéria e valores	704
4.4. Efeitos	705
5. Recurso de revista	705
5.1. Noções gerais	705
5.2. Hipóteses de cabimento	706
5.2.1. Fase de conhecimento	706
5.2.2. Fase de cumprimento de sentença ou processo de execução	707
5.2.3. Cabimento <i>versus</i> provimento do recurso	707
5.2.4. Cabimento e matéria fática	708

5.2.5. Exaurimento da instância anterior	710
5.3. Prequestionamento	710
5.4. Transcendência	713
5.5. Regularidade formal	715
5.6. Efeitos	716
5.7. Procedimento	717
5.8. Recursos de revista repetitivos	718
6. Embargos no TST	718
6.1. Embargos de divergência	718
6.2. Embargos infringentes	720
7. Agravo interno	720
8. Recurso extraordinário	722
8.1. Noções gerais e cabimento	722
8.2. Esgotamento das instâncias anteriores	723
8.3. Prequestionamento	723
8.4. Repercussão geral	724
8.5. Ofensa reflexa	726
8.6. Efeito devolutivo e provimentos de urgência	727
8.7. Procedimento	727
8.8. Recursos extraordinários repetitivos	728
9. Agravo em recurso extraordinário e agravo de instrumento em recurso de revista	728

» Capítulo XXIII

PROCESSO COLETIVO

1. Noções iniciais	731
1.1. Tendência de coletivização do processo. Princípios envolvidos	731
1.2. Espécies de ações coletivas	732
1.3. Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no âmbito trabalhista. Direitos individuais heterogêneos	733
2. Dissídios coletivos	736
2.1. Dissídio individual x dissídio coletivo	736
2.2. Conflito coletivo de trabalho	736
2.3. Espécies de dissídios coletivos: objeto, legitimidade. Titular do direito e titular da ação	737

2.4.	Poder normativo da Justiça do Trabalho	738
2.4.1.	Noções gerais	738
2.4.2.	Extensão e limites do poder normativo	739
2.4.3.	Comum acordo	740
2.5.	Dissídio de greve	742
2.6.	Legitimidade para os dissídios coletivos	744
2.7.	Classificação dos dissídios coletivos	746
2.8.	Dissídios de extensão	747
2.9.	Competência funcional e territorial nos dissídios coletivos	748
2.10.	Procedimento dos dissídios coletivos	749
2.11.	Recursos nos dissídios coletivos	750
2.12.	Dissídios coletivos e pessoas jurídicas de direito público	751
2.13.	Sentença normativa	752
2.13.1.	Considerações terminológicas	752
2.13.2.	Coisa julgada	753
2.13.3.	Prazo de vigência, ultratividade e eficácia	754
3.	Ação de cumprimento	755
3.1.	Conceito e natureza jurídica	755
3.2.	Ação de cumprimento individual e coletiva	756
3.3.	Dilação probatória	756
3.4.	Legitimidade e competência	756
3.5.	Coisa julgada na ação de cumprimento	757
3.6.	Prescrição na ação de cumprimento	757
3.7.	Pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	757
4.	Tutela coletiva de direitos (ações coletivas em sentido estrito)	758
4.1.	Sistema tradicional e microssistema da tutela coletiva	758
4.2.	Ação civil pública	759
4.2.1.	Conceito e objeto. Ação civil coletiva	759
4.2.2.	Procedimento	760
4.2.3.	Legitimação	760
4.2.3.1.	Rol de legitimados	760
4.2.3.2.	Enquadramento teórico da legitimidade	761
4.2.3.3.	Intervenção do Ministério Público	762
4.2.3.4.	Ações coletivas passivas	762
4.2.4.	Institutos relacionados à ação civil pública	763

4.2.4.1.	Inquérito civil público	763
4.2.4.2.	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	766
4.2.5.	Competência na ação civil pública	768
4.2.5.1.	Competência material	768
4.2.5.2.	Competência funcional. Ação anulatória de cláusulas convencionais	769
4.2.5.3.	Competência territorial	769
4.3.	Litispêndência em ações coletivas	771
4.3.1.	Litispêndência entre duas ou mais ações coletivas	771
4.3.2.	Litispêndência entre ação coletiva e ação individual. Direito de entrar e de sair da tutela coletiva	772
4.4.	Coisa julgada e transporte <i>in utilibus</i>	773
4.5.	Controle de constitucionalidade em ações coletivas	775
4.6.	Limitação territorial da coisa julgada	776
4.7.	Liquidação e execução	777
4.8.	Prescrição	779
4.8.1.	Direitos individuais homogêneos	779
4.8.2.	Direitos difusos e coletivos em sentido estrito	780
4.9.	Assistência	780
4.10.	Conciliação	781
4.11.	Atuação do sindicato na tutela de direitos difusos	781

» Capítulo XXIV

PRECEDENTES

1.	Precedentes: noções gerais	785
2.	Precedentes obrigatórios e precedentes persuasivos	786
2.1.	Decisões do Plenário ou do Órgão Especial de tribunais	787
3.	Constitucionalidade do sistema de precedentes obrigatórios	790
4.	<i>Ratio decidendi</i> , <i>obiter dictum</i> , causa de pedir e técnicas de votação em Tribu- nais	791
5.	Distinção e superação dos precedentes	792
6.	Consequências da inobservância dos precedentes	794
7.	Regras gerais acerca dos precedentes obrigatórios	795
7.1.	Estabilidade, integridade e coerência	796

7.2.	Eficácia extraprocessual da decisão	796
7.3.	Ampliação do debate	796
7.4.	Modulação de efeitos	797
7.5.	Publicidade e organização	797
8.	Sistemática dos casos repetitivos	798
8.1.	Insuficiência do sistema de ações coletivas	798
8.2.	Recursos repetitivos e IRDR: noções essenciais e aplicabilidade	799
8.3.	Causa-piloto	800
8.4.	Seleção do processo paradigma: decisão de afetação	801
8.5.	Legitimidade para deflagração	802
8.5.1.	Instauração de IRDR – necessidade de processo pendente no Tribunal. Procedimento para a instauração pelo juiz	803
8.6.	Suspensão dos processos	804
8.6.1.	Suspensão do processo e pluralidade de pedidos. Fase instrutória	805
8.6.2.	Distinção do caso concreto equivocadamente suspenso	807
8.7.	Competência para julgamento	807
8.8.	Decisão do Tribunal e consequências	808
8.9.	Desistência e abandono da ação e desistência do recurso	809
8.10.	Recursos na sistemática de casos repetitivos	809
9.	Incidente de assunção de competência	810
10.	Incidente de declaração de inconstitucionalidade	811
11.	Procedimento para edição de Súmulas pelos Tribunais Trabalhistas	812

» Capítulo XXV

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	Reclamação	815
1.1.	Conceito, natureza jurídica e abrangência	815
1.2.	Hipóteses de cabimento	817
1.2.1.	Preservação de competência	817
1.2.2.	Garantia de autoridade de decisão	817
1.2.3.	Violação de decisão do STF em controle concentrado ou de Súmula Vinculante. Transcendência dos motivos determinantes ...	818
1.2.4.	Violação de precedente obrigatório firmado em casos repetitivos ou IAC	819

1.3.	Legitimidade, instrução e procedimento	820
1.3.1.	Revelia na reclamação	821
1.4.	Trânsito em julgado da decisão e interposição de recurso	822
1.5.	Efeitos do julgamento da reclamação e recurso cabível	822
2.	Mandado de segurança	823
2.1.	Conceito e natureza jurídica	823
2.2.	Direito líquido e certo: noção e natureza jurídica	823
2.3.	Ato de autoridade	824
2.4.	Competência para julgamento	825
2.4.1.	Matéria judiciária	825
2.4.2.	Matéria administrativa	826
2.5.	Autoridade coatora e polo passivo. Teoria da encampação	827
2.6.	Situações de não cabimento	829
2.6.1.	Mandado de segurança contra decisão judicial	831
2.7.	Prazo	832
2.8.	Procedimento	832
2.9.	Recursos	834
2.10.	Suspensão de segurança	834
2.11.	Coisa julgada	835
2.12.	Teoria da causa madura no mandado de segurança	836
2.13.	Desistência do mandado de segurança	837
2.14.	Mandado de segurança coletivo	838
2.15.	Valor da causa e despesas processuais no mandado de segurança	839
3.	<i>Habeas corpus</i>	840
3.1.	Conceito e natureza jurídica	840
3.2.	Cabimento na Justiça do Trabalho e competência	840
3.3.	Procedimento	842
4.	<i>Habeas data</i>	843
5.	Ação popular	844

» Capítulo XXVI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS – AÇÕES CIVIS

1.	Embargos de terceiro	847
1.1.	Conceito e natureza jurídica	847

1.2.	Legitimidade ativa e passiva	848
1.3.	Competência	849
1.4.	Procedimento e ônus sucumbenciais	850
1.5.	Prazo	853
1.6.	Cognição e coisa julgada	853
1.7.	Reconhecimento incidental de fraude contra credores	854
2.	Interditos possessórios	855
3.	Ação de exigir contas	855
4.	Ação de consignação em pagamento	857
4.1.	Conceito e natureza jurídica	857
4.2.	Procedimento	857
4.3.	Sentença e extensão da quitação das obrigações	858
4.4.	Consignação extrajudicial	859
5.	Ação monitória	860
5.1.	Conceito e fundamento	860
5.2.	Procedimento de acordo com o CPC	860
5.3.	Cabimento no Processo do Trabalho	862
5.4.	Competência – indicação da <i>causa debendi</i>	863
5.5.	Prescrição	864
5.6.	Documentos unilaterais e cobrança de contribuições sindicais	864
5.7.	Monitória em face da Fazenda Pública	865

» Capítulo XXVII

INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE

1.	Conceito e objeto	867
2.	Hipóteses de cabimento	867
3.	Peculiaridades procedimentais	869
4.	Caráter dúplice e reconvenção	870

» Capítulo XXVIII

CORREIÇÃO PARCIAL (RECLAMAÇÃO CORREICIONAL)

1.	Panorama legislativo	873
2.	Possibilidades e limites: natureza jurídica da correição parcial	874

2.1. Nos TRTs	874
2.2. No TST	875

» Capítulo XXIX

AÇÃO RESCISÓRIA, AÇÃO ANULATÓRIA E QUERELA NULLITATIS

1. Ação rescisória: conceito, natureza jurídica e principiologia	877
2. Objeto	878
3. Inadmissibilidade, juízo rescindente e juízo rescisório	880
4. Hipóteses de cabimento	881
4.1. Prevaricação, concussão ou corrupção	882
4.2. Impedimento ou incompetência absoluta	884
4.3. Dolo, coação, simulação ou colusão	885
4.4. Coisa julgada	887
4.5. Violação manifesta de norma jurídica	888
4.6. Prova falsa	891
4.7. Prova nova	892
4.8. Erro de fato	894
4.9. Sentença inconstitucional	895
5. Prazo	896
5.1. Regra geral e coisa julgada progressiva	896
5.2. Prova nova	898
5.3. Simulação ou colusão	899
5.4. Sentença inconstitucional	899
6. Legitimidade	900
7. Competência	902
8. Procedimento	902
8.1. Petição inicial	902
8.2. Valor da causa	902
8.3. Depósito prévio	903
8.4. Providências preliminares, revelia e reconvenção	905
8.5. Cumprimento da sentença rescindenda	906
8.6. Fase instrutória e razões finais	906
8.7. Recursos e eficácia da decisão	907
8.8. Ações rescisórias sucessivas	908

9. Ação anulatória	909
9.1. Atos processuais	909
9.2. Atos materiais	910
9.3. Ação anulatória de cláusulas convencionais	910
9.3.1. Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	912
10. <i>Querela nullitatis</i>	913

» Capítulo XXX

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Noção e aplicabilidade	917
2. Natureza jurídica da liquidação	918
2.1. Essência do fenômeno	918
2.2. Modelos processuais de liquidação	919
3. Tipos de liquidação	919
4. Fidelidade ao título e preclusão	921
5. Procedimento	923
5.1. Liquidação por cálculos	923
5.2. Liquidação por arbitramento	924
5.3. Liquidação por artigos	925
6. Legitimidade para instauração	925
7. Revelia	926
8. Liquidação-zero	927
9. Liquidação provisória	928
10. Natureza jurídica da decisão de liquidação	929
11. Coisa julgada e mecanismos impugnativos. Impugnação à sentença de liquidação	929
12. Títulos executivos extrajudiciais	931
13. Índices de juros moratórios e correção monetária	932

» Capítulo XXXI

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

1. Noções introdutórias, abrangência e nomenclatura	941
2. Normatividade aplicável: a questão das lacunas	942

3.	Princípios executivos	944
3.1.	Realidade ou patrimonialidade	944
3.2.	Efetividade	944
3.3.	Utilidade	945
3.4.	Contraditório	946
3.5.	Primazia do exequente (princípio do resultado)	946
3.6.	Menor onerosidade	947
4.	Pressupostos e condições da execução	948
4.1.	Competência	948
4.2.	Legitimidade	948
4.2.1.	Ativa. Cessão de créditos trabalhistas	948
4.2.2.	Legitimação passiva	950
4.3.	Pressupostos específicos da execução: título e inadimplemento	951
5.	Títulos executivos	952
5.1.	Judiciais	952
5.1.1.	Acordo extrajudicial homologado em juízo	953
5.1.2.	Laudo arbitral	957
5.2.	Extrajudiciais	960
5.2.1.	Termo de Ajustamento de Conduta	961
5.2.2.	Acordo em Comissão de Conciliação Prévia	962
5.2.3.	Certidão de Dívida Ativa	962
5.2.4.	Títulos de crédito	962
6.	Classificação	963
6.1.	Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença	963
6.2.	Execução direta e execução indireta	964
6.2.1.	Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	965
6.3.	Execução específica e execução pelo equivalente	967
7.	Cognição, mérito e coisa julgada	968
8.	Boa-fé na execução	969
8.1.	Fraude contra credores	969
8.2.	Fraude à execução	970
8.3.	Ato atentatório à dignidade da justiça	973
9.	Responsabilidade patrimonial	975
9.1.	Sucessão trabalhista	976

9.2. Terceirização	978
9.3. Cônjuge	979
9.4. Sócio	980
9.5. Grupo econômico	981
10. Desistência da execução	984

» Capítulo XXXII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

1. Linhas gerais do procedimento	987
1.1. Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	989
2. Intimação do executado: o mandado de citação	989
2.1. Intimação por hora certa ou por edital	991
2.2. Oficial de Justiça: cumprimento dos atos executivos	992
2.3. Arresto executivo	992
3. Penhora	994
3.1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	994
3.2. Procedimento	994
3.3. Depósito. Depositário infiel e nomeação compulsória de depositário ..	996
3.4. Intimação da penhora	999
3.5. Avaliação	1000
3.6. Substituição, ampliação e redução da penhora. Segunda penhora	1001
3.7. Ordem preferencial da penhora e nomeação de bens.....	1003
3.8. Bens impenhoráveis. Hipóteses de impenhorabilidade não previstas em lei	1004
3.8.1. Bem de família	1006
3.8.2. Bens inalienáveis e declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	1008
3.8.3. Móveis que guarnecem a residência e vestuário	1008
3.8.4. Rendimentos do trabalho humano	1009
3.8.5. Objetos necessários ou úteis ao exercício de profissão	1012
3.8.6. Materiais de obras em andamento	1013
3.8.7. Recursos públicos transferidos para aplicação em saúde, educação ou assistência social	1013

3.8.8.	Depósito em caderneta de poupança	1013
3.8.9.	Seguro de vida	1014
3.8.10.	Outras hipóteses previstas em lei	1014
3.9.	Penhoras especiais	1014
3.9.1.	Penhora <i>on-line</i>	1014
3.9.2.	Penhora de veículos alienados fiduciariamente	1015
3.9.3.	Penhora de bens hipotecados	1016
3.9.4.	Penhora de crédito em mãos de terceiros	1018
3.9.5.	Penhora de cotas ou ações de sociedade	1018
3.9.6.	Penhora da renda e penhora de empresa	1019
4.	Concurso de credores – múltiplas penhoras sobre o mesmo bem	1019
5.	Alienação antecipada	1020
6.	Embargos à execução	1021
6.1.	Denominação, conceito e natureza jurídica	1021
6.2.	Matérias veiculáveis nos embargos	1022
6.2.1.	Falta ou nulidade da citação	1023
6.2.2.	Ilegitimidade da parte	1023
6.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1024
6.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	1024
6.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1024
6.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	1025
6.2.7.	Causa modificativas ou extintivas da obrigação supervenientes à sentença	1025
6.2.7.1.	Prescrição intercorrente	1026
6.3.	Embargos com eficácia rescisória	1029
6.4.	Garantia integral e parcial do juízo	1031
6.5.	Procedimento. Inexistência de revelia do embargado	1031
6.6.	Suspensão da execução	1032
7.	Exceção de pré-executividade	1034
8.	Expropriação de bens	1035
8.1.	Conceito e natureza jurídica	1035
8.2.	Adjudicação	1036
8.3.	Alienação por iniciativa particular	1038
8.4.	Arrematação	1039
8.4.1.	Noções gerais. Leilão e leiloeiro	1039

8.4.2.	Formalidades da hasta pública	1040
8.4.3.	Legitimidade para arrematação	1042
8.4.4.	Preço vil	1043
8.4.5.	Procedimento da hasta pública	1043
8.5.	Expropriação judicial: direitos reais e obrigações <i>propter rem</i>	1046
8.6.	Evicção e vícios redibitórios	1047
8.7.	Ordem preferencial dos mecanismos expropriatórios	1048
8.8.	Efeitos da expropriação	1049
8.9.	Auto e carta. Mandado de entrega e de imissão na posse	1050
8.10.	Impugnação incidental da arrematação. Recurso e ação rescisória	1051
8.11.	Ação anulatória da arrematação	1053
8.12.	Impugnação da adjudicação	1054
8.13.	Desistência da arrematação	1054
9.	Pagamento ao credor	1055
10.	Parcelamento compulsório do crédito exequendo	1056
11.	Protesto de decisão judicial. CNDT	1057
12.	Remissão e remição na execução	1059
13.	Suspensão	1060
14.	Extinção da execução	1061

» Capítulo XXXIII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS

1.	Cumprimento de sentença relativo às obrigações de fazer, não fazer e dar coisa distinta de dinheiro	1063
1.1.	Princípios aplicáveis	1063
1.2.	Momento processual oportuno	1065
1.3.	Iniciativa da execução	1065
1.4.	<i>Astreintes</i>	1066
1.5.	Procedimento. A questão da intimação pessoal do devedor para cumprimento das obrigações não pecuniárias	1069
1.6.	Defesa do executado	1070
1.7.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito	1071
2.	Execução contra a Fazenda Pública	1072
2.1.	Noção geral: execução imprópria. Conceito de Fazenda Pública	1072

2.2.	Pagamento dos débitos na via administrativa. Conciliação	1073
2.3.	Natureza jurídica da execução contra a Fazenda Pública	1073
2.4.	Requerimento executivo e condutas da Fazenda Pública	1074
2.5.	Embargos à execução: prazo e conteúdo	1075
2.6.	Embargos à execução improcedentes: duplo grau de jurisdição?	1076
2.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública	1077
2.8.	Precatório X requisição de pequeno valor	1077
2.8.1.	Faixas de valores	1077
2.8.2.	Renúncia de parcela do crédito	1078
2.8.3.	RPV: limite no caso de litisconsórcio e honorários advocatícios	1079
2.8.4.	Ordem cronológica dos precatórios: filas existentes	1080
2.9.	Processamento dos precatórios	1081
2.10.	Processamento da RPV	1082
2.11.	Sequestro de verbas públicas	1082
2.12.	Intervenção federal – inadimplemento de precatórios	1084
2.13.	Correção monetária, juros moratórios e precatório complementar	1085
2.14.	Execução de parcela incontroversa contra a Fazenda Pública	1089
3.	Execução fiscal	1089
3.1.	Competência: execução fiscal e falência ou recuperação judicial	1091
3.2.	Desconsideração da personalidade jurídica e redirecionamento da execução	1091
3.3.	Centralização de execuções	1093
3.4.	Prescrição intercorrente na execução fiscal	1093
4.	Execução das contribuições previdenciárias	1094
4.1.	Competência e alcance	1094
4.2.	Procedimento	1095
4.3.	Títulos executivos das contribuições previdenciárias	1096
4.3.1.	Sentença e acordo homologado: discriminação de parcelas indenizatórias	1096
4.3.2.	Acordo na fase de execução	1098
4.3.3.	Acordo celebrado em Comissão de Conciliação Prévia	1099
4.4.	Primazia do credor trabalhista em relação ao previdenciário	1100
4.5.	Fato gerador e juros de mora das contribuições previdenciárias	1100
5.	Execução de títulos extrajudiciais	1101
6.	Execução contra massa falida e empresa em recuperação judicial	1103

6.1. Créditos trabalhistas	1103
6.2. Créditos fiscais	1109
6.3. Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	1111
6.4. A questão da garantia do juízo para os embargos à execução	1116
6.5. Penhora, arrematação e depósito recursal efetivados antes da recuperação judicial ou da falência	1117
7. Execução provisória	1119
BIBLIOGRAFIA	1123